

## O CRIME DA GALERIA CRYSTAL, EM 1909: A JORNALISTA COMO ÁRBITRO

---

MARIA ANGÉLICA LOPES (COLUMBIA UNIVERSITY)

---

Colegas no jornal *O Paiz*, de 1908 a 1910, Carmen Dolores e Júlia Lopes de Almeida alternavam crônicas semanais. Aquela escrevia "A Semana", aos domingos, e esta colaborava com um artigo às terças. O conteúdo de ambas as crônicas não as diferenciava de outras no gênero, através dos tempos, de Machado de Assis e Otto Lara Resende, hoje em dia. Estes artigos tratavam de casos recentes, no Rio de Janeiro ou algures, com comentário pessoal. Então, como agora, a personalidade da cronista fornecia o selo pessoal.

Emília Moncorvo Bandeira de Melo, de pseudônimo Carmen Dolores (1852), e Júlia Lopes de Almeida (1862), contemporâneas e pertencentes ao mesmo núcleo sócio-econômico, compartilhavam outras importantes características<sup>1</sup>. Assim, durante longos anos, ambas pugnaram pela educação da mulher, por seu direito a trabalho digno e bem remunerado, em escritos jornalísticos ou propriamente literários. Nenhuma das duas, contudo, seguindo os padrões da época e da classe, propôs o sufrágio feminino, que consideravam desnecessário (Júlia) ou nocivo (Carmen Dolores) à mulher e à sociedade em geral. Outra característica das escritoras, e esta positiva, foi o sadio patriotismo demonstrado ao requererem elas melhor sorte para um Brasil

jovem e mal saído dos grilhões da escravatura. Para ambas, este seria de preferência, um país a trilhar caminhos europeus e não tropicais e afro-ameríndios, já que, mulheres de sua época e meio não consideravam possível outro modelo.

O que mais unia as duas autoras era a seriedade com que exerciam a profissão. Ambas escreviam para ganhar o pão e o faziam com o entusiasmo de artistas. Viúva, Carmen Dolores se vira a braços com o sustento da família, tendo colaborado com os jornais cariocas, o mencionado **O Paiz** e o **Correio da Manhã**, como nos lembram Brito Broca e Raymundo de Menezes<sup>2</sup>. Júlia Lopes de Almeida, por seu lado, era esposa do poeta e jornalista Felinto de Almeida e mãe de seis filhos. À certa altura, viu-se obrigada a suplementar o modesto ordenado do esposo com produtos de sua atividade literária — tanto crônicas jornalísticas como romances, contos e ensaios de teor educativo.

As duas escritoras, inegavelmente viram prejudicada sua produção devido às exigências do lar e jornalismo frequente. Explica-se, pois que, em vida, Carmen Dolores só haja publicado duas coletâneas de contos, **Drama na roça** (1907) e a excelente **Gradações** (1897)<sup>3</sup>. Sua magnífica coleção de ensaios a favor do divórcio, **Ao esvoaçar da idéia**, e o romance **A luta são póstumos**. Já Júlia Lopes de Almeida, em seus 72 anos de vida muito escreveu, chegando a obter posição privilegiada no cenário das letras e sua fama ultrapassado as fronteiras do Brasil. Contudo, suas melhores obras datam da juventude: os romances **A Falência**, **A Viúva Simões** e **A Intrusa**, justamente considerados por Wilson Martins, em sua **História da inteligência brasileira**, como dos pontos mais altos do realismo brasileiro em ficção<sup>4</sup>. Ao eleger o jornalismo, Almeida escolheu consciente e conscientemente um papel didático, principalmente em relação à jovem brasileira. Mãe de família, estendeu as paredes do lar para conter toda uma nação. Este magistério — ou sacerdócio — ela o cumpriu não só através dos jornais como também da ficção, principalmente a partir de 1905, com **O livro das donas e donzelas** e o ro-

mance, **Correio da Roça**. Narra a filha, a declamadora Margarida Lopes de Almeida, que a mãe recebia pedidos de conselhos vindos de todo o Brasil (**Correio da Manhã**, 23/9/1962).

O presente ensaio examina a reação das cronistas Carmen Dolores e Júlia Lopes de Almeida a um incidente de grande repercussão no Brasil de 1909. Trata-se do assassinio, na terça-feira de carnaval, em São Paulo, do advogado de 25 anos, Arthur Malheiro Ramos. A assassina era Albertina Barbosa Bonilha, jovem professora de 22 anos, por ele seduzida quatro anos antes. Seu cúmplice fora o marido de um dia, o colega Elizario Bonilha, que lhe arranjara tanto o revólver como a faca para matar o advogado. Este fora atraído por Bonilha ao quarto do hotel, onde o esperava Albertina. As crônicas de Carmen Dolores, de 26 de fevereiro e 14 de março de 1907 e a de Júlia, de 2 de março, intitulada, "Almas fracas" foram escritas (para o Paiz) antes que O Estado de São Paulo publicasse todos os fatos relevantes. Como veremos mais adiante, propõem uma Albertina incompleta, a qual, contudo serve de veículo para afirmação clara da posição das escritoras quanto à criminoso, à brasileira e à mulher em geral. É muito provável que a situação das duas cronistas haja influenciado em sua interpretação da personagem Albertina. Idosa e adoentada, Carmen Dolores continuava a escrever, sem trêguas, para sustentar-se. Fora também baqueada por desgostos de família. Já a vida de Almeida era outra, malgrado dificuldades financeiras. Esposa e mãe feliz, recebia artistas e intelectuais em sua chácara de Santa Teresa. Voltando ao crime de São Paulo, assunto de nosso ensaio: para Carmen Dolores, a ré é claramente culpada. Cita a cronista: "No meu conceito, Albertina Barbosa, a assassina, é uma miserável" (OP 28 de fevereiro 1909). Vê-a como arquiteta e instigadora, a qual "visou e acariciou na pessoa de Bonilha [o esposo] um possível instrumento de sua vingança". Ademais, Albertina é a "protagonista" desnaturada, que se coloca fora dos padrões de seu sexo por não haver demonstrado atitude de "jovem mulher delicada que devia ser sensível, timorata e humana". Carmen Dolores declara-a "um monstro".

A ré é assim colocada à frente do palco no drama familiar que a escritora eleva à esfera clássica ao lembrar a figura de Lucrecia, vítima e depois assassina de Tarquínio. Contudo, Carmen Dolores mal sugere o paralelo com a patriciana romana para imediatamente desfazê-lo: Albertina só aparentemente se assemelha a Lucrecia, figura pela qual, aliás, a cronista não nutre simpatia.

A ótica de Júlia em relação ao crime paulistano também se faz em proporções de drama alentado, projetado em cenário cíclico e universal. A crônica de terça-feira, 2 de março, começa com citação de almanaque francês, "Os ódios femininos produzirão seu pleno efeito... o maior drama, o maior escândalo nascerá do ódio de uma mulher". Explica que este sentimento é aquele que fez da esposa do compositor Giacomo Puccini a responsável pelo suicídio da jovem Dorietta Manfredi, por ela caluniada<sup>5</sup>. A ópera italiana, pois, extrinsecamente oferece pano de fundo e contexto para o assassinio de São Paulo e ambos — ópera e crime, arte e vida — são vistos por Almeida como efeitos inevitáveis do destino, movido pela conjunção astral. "Os astros não mentem", por duas vezes a cronista lembra à leitora na crônica citada.

A diferença entre a perspectiva de Dolores e aquela de Almeida se revela claramente na análise das três figuras principais do crime. Para Almeida, Albertina é uma "alma fraca", apesar de no passado haver demonstrado grande valor por sua vida honesta e difícil de professora primária, após o nascimento da filha ilegítima. Não buscara proteção masculina, nem troca de favores sexuais por sustento financeiro. Tal atitude a elevava, aos olhos da cronista. Em termos de culpa, continua Almeida, o crime não pode recair somente sobre a cabeça de Albertina, apesar de ela ser a assassina de Arthur Malheiro. Tal ação fora o resultado quase inevitável de cadeia de fatos alheios à vontade de Albertina, de "leis de uma sociedade madrasta e ingrata [para com as mulheres]". Almeida não considera Albertina como "protagonista", "instigadora" ou "monstro", à maneira de Carmen Dolores. Pelo contrário, apesar

de condenar crimes de morte como imorais e inaceitáveis, tenta desvendar este através de coordenadas sociológicas e psicológicas.

Como se disse, Júlia Lopes de Almeida é autora de obras primas do realismo brasileiro, como **A Falência** (1892) e **A viúva Simões** (1902), nas quais provou conhecer muito bem os caminhos tortuosos que pode seguir um coração des-norteado pela paixão. Nestes romances, como em vários outros escritos, a autora aponta e condena a incompreensão social a aprisionar a mulher em camisa de força quanto à atividade sexual, ao mesmo tempo que concede carta branca ao macho da espécie. É dessa posição de árbitro que a cronista examina o crime de São Paulo, julgando os três principais atores do drama. Começa por colocar Albertina Barbosa no meio patriarcal, o nosso de então, em que a dependência feminina era dado inescapável. "Há três homens culpados no crime desta mulher", afirma a escritora tornando juíza, "primeiro o pai que a abandonou de criança..., segundo, o amante que a deshonrou, ... terceiro, o marido que a não aceitou [ao saber que não era mais virgem] e ajudou-a à perpetração do assassinato". Para Almeida, ao marido, Bonilha, cabia "[aceitar a noiva] no seu infortúnio". Vê-o como instigador do crime e aquele que provera Albertina com as duas armas, o revólver e a faca. Já Albertina, a seus olhos, apresenta-se como "modesta professora de meninas", trabalhadora e nada leviana, a pagar por seu amor infeliz com a perda da filhinha e a preocupação com a própria saúde. Lógica, a escritora coloca o incidente numa escala bem mais ampla, ao comparar a reação social de crimes passionais masculinos e femininos. Cito-a, "Que allegam os assassinos de mulheres em face do tribunal? Allegam que foi por desaffronto de sua honra que punirem a faca ou a bala a esposa delinquente". E acrescenta que a mesma justificativa deveria ser aquela de Albertina, também desonrada, e além do mais traída e abandonada com a filha.

Como se viu acima, a opinião de Carmen Dolores contrasta como aquela de Almeida. A posição relativa à vir-

gindade feminina efetua a separação aqui. Se para Júlia tal estado deve ser encarecido, não chega a ser bem absoluto, ou talismã. Aos olhos de Carmen Dolores, contudo, é o **sine qua non**, e Albertina cometera dois horríveis pecados: não confessara ao marido seu romance com Malheiro e assassinara o último, indefeso. A exaltação projetada pela linguagem coloca os dois atos no mesmo plano hiperbólico estilístico. A virgindade perdida é a seus olhos "esta mancha inapagável, ... [essa] falta que a exilava para sempre dos paraísos de uma união legítima". E mais: se o marido a tivesse aceito como era, seria herói e santo: nos termos da mesma crônica, concederia "magnânimo perdão". A escritora, pois, encara Albertina como pecadora bíblica, impura: é a responsável intelectual e **de facto** do crime. "Instigadora", é a "protagonista" que se aproveita da "allucinação de um homem de brio", o marido, para executar sua vingança.

Ao colocar nos ombros de Albertina Barbosa todo o fardo do crime, ao mesmo tempo que absolve tanto o executor como o marido cúmplice, Carmen Dolores efetua reviravolta ideológica. Consegue-o ao construir cadeia que quer lógica, baseada na classificação de Albertina como moça moderna. Explico-me: a jornalista muito lutou pelos direitos da jovem brasileira e principalmente da burguesa: educação adequada, trabalho bem remunerado e implementação do divórcio civil. Quanto a este último, esmerou-se, em oito maravilhosos ensaios estampados na coletânea póstuma, **Ao esvoaçar da idéia**. Veemente e coerente, demonstra o direito legal devido às cidadãs e cidadãos. Posta-se ao lado de precursora brasileira, a advogada Myrthes de Moraes, ao defender "[as mulheres], as principais vítimas do atrazo das nossas leis em relação ao casamento". Contudo, esta lutadora conserva inúmeros resquícios patriarcais reacionários, apesar de sua luta sem descanso em prol do divórcio. A meu ver, isto se dá por Carmen Dolores julgar a conquista dos direitos sociais da mulher não como um ideal universal, mas como algo particular e até secundário. Ambivalente, por vezes a autora deixa transparecer

desconfiança quanto à capacidade da mulher que não é artista ou intelectual — a mulher "comum" — para empreendimentos profissionais. Assim, vê o trabalho remunerado como necessidade econômica para a mulher **desprotegida**, mas só em última análise, se ela se vir órfã, solteira ou viúva — destituida de vínculos masculinos, pois. A presença de pai, marido, irmão ou filho dispensaria a busca do ganha-pão fora do lar. E a ausência de trabalho, à certa altura, é vista por esta feminista paradoxal como suprema felicidade. Chega a dizer, sem a menor sombra de ironia, "Ora, evidentemente, este tipo de jovem [fútil, estreita de idéias] é por excelência o tipo feliz e invejável entre todos" (AEDI, 199-200).

Acresce que além da ideologia burguesa patriarcal que às vezes transparece nos escritos desta corajosa autora, com a idade aumentou ainda mais sua incompreensão dos jovens. Em vários contos e crônicas Carmen Dolores pinta a velhice como horrível exílio. Doente, deprimida por necessidade financeira, manifesta constante irritação durante o último ano de vida. É esta antipatia enraivecida que parece levá-la a construir silogismo cuja premissa se revela contrária àquilo que a levava à luta pela pena, anos antes: os direitos da mulher. No final da crônica, "A Semana", de 28 de fevereiro de 1908, destila seu veneno. Sem transição lógica e em início de parágrafo, Albertina Barbosa passa à condição genérica de moça moderna. Em processo ampliador, a ré se torna uma geração inteira, alcunhada, ironicamente, de "heroínas". Cito: são elas as "representantes atuais da mocidade feminina, que levam uma vida toda de independência... em plena responsabilidade, enfim dos seus passos..." Tal como Albertina, a cronista as vê como instigadoras de homem, a perturbá-los com fascínio sexual que chega a atemorizá-los e até afugentá-los! Todas as mulheres "consentem" [quanto ao encontro sexual] chega ela a dizer. Daí serem elas as culpadas de qualquer atitude masculina mais ousada, mesmo que esta chegue ao estupro. O silogismo construído por Carmen Dolores, pode ser transcrito como:

A: As moças modernas são culpadas

B: Albertina é uma moça moderna

C: Albertina é culpada.

Em conclusão, ao examinarem o dramático caso Barbo-  
sa/Malheiro/Bonilha, as duas escritoras o tomam como **exem-  
plum** a fim de dele extraírem uma moral. Carmen Dolores pa-  
rece seguir os pormenores fornecidos tanto pelo jornal  
moderno, **O Paiz**, aquele de maior tiragem na América do Sul  
em 1900, como pelo sóbrio **Estado de São Paulo**. Seu enfo-  
que e estilo combinam com aquele, bombástico de **O Paiz**,  
que em três reportagens, apresenta "Um crime à Montêpin" —  
portanto em moldes declaradamente romanescos, para entre-  
tenimento dos leitores. Já Júlia Lopes de Almeida parece  
basear-se somente em reportagens iniciais do jornal pau-  
lista, nas quais não se faz referência a uma Albertina  
bem mais livre que a primeira notícia.

Boas ficcionistas que são, as duas escritoras "modi-  
ficam" o caso Albertina, a fim de expor, através dele, suas  
idéias sobre a mulher brasileira em geral e a criminosa  
em particular. Arguta e sensível, Almeida identifica a si-  
tuação social de Albertina e as circunstâncias que a le-  
varam ao assassinio do ex-amante. Contudo, Almeida descar-  
ta fatores de monta como o traje branco, de noiva, de Al-  
bertina criminosa impassível a emitir pareceres de justi-  
ceira e mulher ciumenta, estranhamente mesclados<sup>6</sup>. Para  
a cronista, ela não é mais que "alma fraca", previda pelas  
circunstâncias e pelos astros — vítima, enfim, de roman-  
ce naturalista. Já Carmen Dolores, por seu lado, afasta as  
dificuldades muito reais da vida de Albertina, sua juven-  
tude pobre e maternidade penosa, para fazer dela dodiva-  
nas, sinônimo e emblema da moderna moça brasileira. Com  
voz de profeta de Antigo Testamento, decreta seu casamen-  
to sem virgindade "falta" tão grave quanto o próprio as-  
sassinio do sedutor, como se viu.

Uma Albertina diferente transparece nas reportagens  
do **Estado de São Paulo**, em que laudos, perícia e declara-  
ções de testemunhas são minuciosamente transcritos e in-  
terpretados. Albertina proclamara alto e bom som que mata-



ria Arthur Malheiro Ramos porque ele a desonrara e porque não tolerava vê-lo feliz com outra, quatro anos após o nascimento de filha de ambos. Albertina também mandara levar a criancinha ao pai, quando aos dois meses o bebê adoecera. Arthur a passara à Santa Casa e depois ela fora entregue a um asilo, sem que os jornais houvessem descoberto se sobrevivera. Um casal nada admirável, podemos pensar? Certamente, apesar de nos apiedarmos de situação de ambos, face a uma sociedade monolítica a condenar. Bonilha, instigador e provedor de ambas as armas — a faca e o revólver — se fez de mero espectador, no que foi apoiado e encorajado por Albertina. Aliás, a insistência da moça de ser a única autora do crime (apesar de não haver mancha alguma em seu vestido branco) deu o que desconfiar à policia de São Paulo. Sua coragem e até empáfia, vistas nas declarações de autoria do crime, fizeram dela, paradoxalmente, heroína e simpática (O Paiz a chama de "heroína"). Isto talvez explique seu primeiro julgamento, no qual recebeu pena de 25 anos e seis meses na prisão (telegrama de O Minas Geraes de 31 de janeiro — 19 de fevereiro de 1910). A 19 de fevereiro, o mesmo jornal menciona que entrara em novo julgamento. Realmente, ela seria julgada e inocentada, meses após. Em sua crônica, "A Semana", de 4 de julho de 1910, Carmen Dolores se indigna com o final do caso. Lamenta que os criminosos escapem impunes. Albertina provavelmente voltaria calmamente a lecionar para meninas, comenta irônica. Já Júlia Lopes de Almeida não mais menciona o "caso Albertina", pelo menos em suas crônicas posteriores para O Paiz.

## Notas

<sup>1</sup> Apesar da fama alcançada em vida, Carmen Dolores foi logo esquecida e mesmo sua biografia apresenta disparidades. (Em seu Dicionário literário brasileiro, R. Menezes que para L. Correia de Melo, a escritora nasceu em S. Paulo, mas que R. Magalhães Junior dá o local como sendo o Rio de Janeiro. No mesmo Dicionário, por sua vez, a data da

morte da escritora é registrada como agosto de 1911, o mesmo acontecendo com o livro de Brito Broca. A verdadeira data é agosto de 1910, segundo o obituário de 17/8/1910, de **O Paiz**). Uma das personalidades literárias e jornalísticas mais em evidência durante nossa Bela Época, Carmen Dolores se exaltava com temas como a legalização do divórcio (pro) e o prégador, Pe. Júlio Maria (contra). Nascida dez anos após Carmen Dolores, Júlia Lopes de Almeida viveu, por assim dizer, uma vida completamente literária. Publicou seu primeiro artigo, uma resenha teatral, aos dezoito anos e escreveu até a morte: jornalismo, ensaios literários, peças teatrais e, sobretudo, romances e contos. Como Carmen Dolores — e mais injustamente ainda — passou de moda, em parte varrida pelos ventos do Modernismo de 1922. Hoje, resgatada por Wilson Martins e outros, é considerada uma de nossos dois maiores realistas. (O outro, evidentemente, é Aluisio Azevedo). Para aspectos da obra de ambos consulte meus dois ensaios sobre cada autora, em **Luso-Brazilian Review** 26.1 e 2.

<sup>2</sup> Brito Broca, J. **A vida literária no Brasil — 1900**. 2.ed., e aum. Rio de Janeiro: José Olympio, 1960. Menezes, Raimundo de. **Dicionário literário brasileiro**. Vol. 3, São Paulo: Edições Saraiva, 1969.

<sup>3</sup> Reeditado pela Ed. Presença/INL, como parte da Col. Resgate, dirigida por Luiza Lobo; com prefácio, notas e atualização ortográfica de M. Angélica Lopes (1989).

<sup>4</sup> "É preferível pensar que nossa idade mental [em 1902] era então melhor representada por **Canaã** de Graça Aranha (1868-1931), de que a **Revista Brasileira** publica um excerto, pelo **Inverno em flor** de Coelho Neto, e, sobretudo pela **Viúva Simões** de Júlia Lopes de Almeida (1862-1934) que então apareceu em volume depois de ter sido publicado, dois anos antes, na **Gazeta de Notícias**. (W. Martins, **História da inteligência brasileira**. Vol. 5, 11-12). "A **Falência** de Júlia Lopes de Almeida [é] excelente romance de inspiração eciana... (Martins. V, 194). "Júlia Lopes de Almeida, conforme foi dito anteriormente representa, talvez, o ponto mais alto do nosso romance realista e, apesar da língua algo lusitanizante, não perderia no confronto com Aluisio Azevedo (vítima do mesmo mal). É ela um dos nossos romancistas do passado a exigir urgente releitura e reavaliação" (Martins. V, 384).

<sup>5</sup> Noticiado em **O Estado de São Paulo** de 24/2/1909, p.3, portanto, na mesma semana do crime da Galeria Crystal.

<sup>6</sup> Este o diálogo entre Albertina e sua mãe, transcrito em **O Estado de São Paulo** de 25/2/1909: "Mãe: Pois V. está satisfeita na prisão? — Alb: Naturalmente. Eu não dizia que haveria de matar-o? Elle ia casar-se, não ia? Que direito tinha o Malheiro de ser feliz se eu era desgraçada por sua causa? Se eu o não matasse agora, matar-o-ia no dia do casamento".